

**Cruzada Bandeirante São Camilo
Assistência Médico-Social –
Hospital Geral de Itapevi**

Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Contábeis
31/12/2018



[Handwritten signatures]

Tel.: +55 11/3255.0555

São Paulo, 18 de março de 2019.

Relatório nº 071/19

Aos Administradores da
Cruzada Bandeirante São Camilo
Assistência Médico-Social –
Hospital Geral de Itapevi
São Paulo - SP

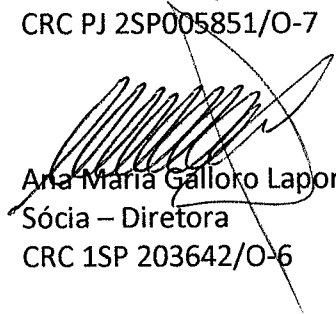
Prezados Senhores:

Encaminhamos as demonstrações contábeis da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social – Hospital Geral de Itapevi, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, acompanhadas de nosso Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

Agradecemos a atenção com que fomos distinguidos e colocamo-nos à disposição de V^{sas}. para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário.

Atenciosamente,

GALLORO & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC PJ 2SP005851/O-7



Ana Maria Galloro Laporta
Sócia – Diretora
CRC 1SP 203642/O-6

I. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da
Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social – Hospital Geral de Itapevi
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social – Hospital Geral de Itapevi que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social – Hospital Geral de Itapevi, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social – Hospital Geral de Itapevi, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social – Hospital Geral de Itapevi ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social – Hospital Geral de Itapevi são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



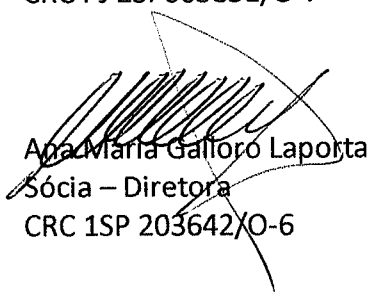
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2019.

GALLORO & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC PJ 2SP005851/O-7



Ana Maria Galloro Laporta
Sócia – Diretora
CRC 1SP 203642/O-6

CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL
Hospital Geral de Itapevi - CNPJ - 60.598.448/0010-71

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (em Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS COM SAÚDE (GESTÃO PÚBLICA)			
RECEITA VERBA DE CUSTEIO - SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE	1	108.300.500,00	114.964.794,20
(=) Total de Receitas com Saúde (Gestão Pública)		108.300.500,00	114.964.794,20
CUSTOS			
Custos com Saúde (Gestão Pública)			
CUSTOS C/ PESSOAL (C.L.T.)		(43.987.930,50)	(43.296.947,82)
CUSTOS C/ SERVIÇOS DE TERCEIROS		(31.119.849,00)	(29.935.329,77)
CUSTOS C/ MATERIAIS E MEDICAMENTOS		(14.870.162,74)	(13.961.509,62)
CUSTOS GERAIS		(5.600.155,64)	(4.972.873,27)
CUSTOS C/ IMPOSTOS, TAXA E CONTRIBUIÇÕES		(48.393,78)	(37.548,67)
CUSTOS C/ PROVISÕES P/ CONTINGÊNCIAS		(854.049,24)	-
(=) Total de Custos com Saúde (Gestão Pública)	13	(96.480.540,90)	(92.204.209,15)
(=) Superávit Bruto		11.819.959,10	22.760.585,05
(+/-) DESPESAS			
Despesas com Saúde (Gestão Pública)			
DESPESAS C/ PESSOAL (C.L.T.)		(16.155.772,08)	(15.369.082,30)
DESPESAS C/ SERVIÇOS DE TERCEIROS		(3.661.122,29)	(3.522.382,94)
DESPESAS GERAIS		(128.036,83)	(118.259,19)
DESPESAS C/ PROVISÕES P/ CONTINGÊNCIAS		(366.021,10)	-
(=) Total das Despesas Gerais com Saúde (Gestão Pública)	13	(20.310.952,30)	(19.009.724,43)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais			
Outras Receitas Operacionais		841.603,79	615.835,08
Total Outras Despesas / Receitas Operacionais		841.603,79	615.835,08
(=) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquidas		(7.649.389,41)	4.366.695,70
(+/-) Receitas (Despesas) Financ. Líquidas c/ Saúde (Gestão Pública)			
Receitas Financeiras		1.081.110,18	1.292.564,35
Despesas Financeira		(30.467,77)	(29.971,79)
(=) Resultado Financeiro		1.050.642,41	1.262.592,56
(=) Superávit (Déficit) do Exercício	2.2. (h)	(6.598.747,00)	5.629.288,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Julio P.

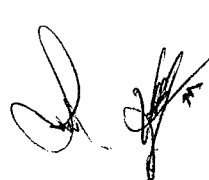



CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL

Hospital Geral de Itapevi - CNPJ - 60.598.448/0010-71

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (em Reais)

Descrição	Patrimônio Social	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/16	(7.942.760,15)	3.119.141,04	(4.823.619,11)
Incorporação do resultado do exercício anterior	3.119.141,04	(3.119.141,04)	-
Ajustes Exercícios Anteriores	14.379,82	-	14.379,82
Resultado do Exercício	-	5.629.288,26	5.629.288,26
Saldos em 31/12/17	(4.809.239,29)	5.629.288,26	820.048,97
Incorporação do resultado do exercício anterior	5.629.288,26	(5.629.288,26)	-
Resultado do Exercício	-	(6.598.747,00)	(6.598.747,00)
Transferencias	(2.991,12)	-	(2.991,12)
Saldos em 31/12/18	817.057,85	(6.598.747,00)	(5.781.689,15)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL
Hospital Geral de Itapevi - CNPJ - 60.598.448/0010-71

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (em Reais)

MÉTODO INDIRETO

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
RESULTADO DO EXERCÍCIO: Superávit / (Déficit)	(6.598.747,00)	5.629.288,26
Ajustes:		
(Redução) / Aumento de Ajustes / Doações / Reservas / Transferências		
AJUSTES EXERCICIOS ANTERIORES	-	14.379,82
TRANSFERENCIA	(2.991,12)	-
Aumento Depreciação e Amortização		
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS - GESTÃO PÚBLICA	847.968,66	850.667,65
(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS - GESTÃO PÚBLICA	11.772,88	30.843,97
	(5.741.996,58)	6.525.179,70
Redução / (Aumento) de Outros créditos		
CREDITOS	33.812,48	(175.101,95)
Redução / (Aumento) de Estoques		
ESTOQUES	(490.744,12)	(54.313,32)
Redução / (Aumento) de Despesas Antecipadas		
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	(2.491,82)	338,51
Redução / (Aumento) de Dpósitos Judiciais Recursal		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	(16.897,57)	(37.466,63)
(Redução) / Aumento de Fornecedores		
FORNECEDORES	1.507.169,61	(692.124,88)
(Redução) / Aumento de Obrigações Trabalhistas		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA	124.418,65	106.827,13
BENEFÍCIOS A COLABORADORES	(24.521,01)	(24.521,01)
(Redução) / Aumento de Obrigações Sociais		
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	32.516,43	(3.715,37)
(Redução) / Aumento de Obrigações Fiscais		
OBRIGAÇÕES FISCAIS	41.126,88	6.175,92
(Redução) / Aumento de Outras Obrigações		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	(25.311,99)	(24.048,99)
(Redução) / Aumento de Provisões Trabalhistas		
PROVISÕES	137.272,32	(50.788,32)
(Redução) / Aumento de Provisão para Contingência - Não Circulante		
PROVISÃO PARA CONTINGENCIAS	456.922,56	(1.442.315,33)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(3.988.724,16)	4.134.125,46
(Aquisição) / Baixa do Ativo Imobilizado - Gestão Pública		
IMOBILIZADO GESTÃO PÚBLICA - SAUDE	(1.293.348,45)	(1.493.330,82)
(Aquisição) / Baixa do Ativo Intangível - Gestão Pública		
INTANGIVEL SAUDE	(25.351,38)	(800,00)
Caixa Líquido Proveniente dos Investimentos	(1.318.699,83)	(1.494.130,82)
Aumento/Diminuição Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(5.287.423,99)	2.639.994,64
Demonstração do Aumento/Diminuição Líquido de Caixa e Equiv. de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	10.685.830,20	8.045.835,56
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do Período	5.398.406,21	10.685.830,20
Varição Líquida das Disponibilidades	(5.287.423,99)	2.639.994,64

CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL
Hospital Geral de Itapevi
C.N.P.J. 60.598.448/0010-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social – Hospital Geral de ITAPEVI**, qualificada como Organização Social de Saúde, é uma entidade civil de direito privado, filantrópica, de fins não lucrativos, que tem como objetivo:

- I) Prestar assistência à saúde em geral a tantos quantos procurarem seus serviços, sem distinção de qualquer natureza, seja nacionalidade, credo político ou religioso;
- II) Prestar assistência social em geral, tanto para menores de creches e escolas maternas, quanto para adultos, asilos, albergues para moradores de rua e outros estabelecimentos afins;
- III) Oferecer tratamento adequado para dependentes de álcool e drogas em geral, com o objetivo de auxiliá-los na recuperação física e mental e reintegrá-los às suas comunidades e às suas famílias;
- IV) Prestar assistência à saúde dos portadores de distúrbios mentais para promover seu reequilíbrio e sua reinserção na comunidade;
- V) Desenvolver atividades educacionais, podendo manter estabelecimentos de ensino e oferecer campo de estágio;
- VI) Desenvolver a pastoral da saúde; e
- VII) Destinar recursos financeiros e ou econômicos, inclusive mediante doação, a entidades filantrópicas e ou simplesmente sem fins lucrativos, que militem na área da saúde e ou da educação e ou pastoral da saúde e ou da assistência social em geral desde que não utilize recursos e bens que lhe forem repassados pelo Estado.

Contratada através de Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em 2011, renovado em 2016, assumiu a operacionalização do **HOSPITAL GERAL DE ITAPEVI**, visando desenvolver o programa de modernização de gestão de saúde no âmbito do Estado de São Paulo, com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 04 de junho de 1998. Estes contratos têm vigência de 05 anos a partir de sua assinatura, fixando as verbas orçamentárias a serem repassadas para custeio das operações.



Orçamento 2018	Aditivo do Contrato 02/2018	Total realizado 2018
118.146.000,00	(9.845.500,00)	108.300.500,00
118.146.000,00	(9.845.500,00)	108.300.500,00

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na preparação de suas Demonstrações Contábeis, a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, notadamente na ITG 2002 (R1) – Resolução 1409/2012, que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa.

2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em instituição de primeira linha. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis sem perda do valor.

b) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado.

c) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

d) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas Demonstrações Contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

e) Ativo Imobilizado Gestão Pública

Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado por bem.

Ressaltamos que todos os bens móveis e imóveis adquiridos através de doações e / ou comprados com verbas de custeio e investimentos, pertencem ao poder público "Governo do Estado de São Paulo", conforme Contrato de Gestão.

f) Ativo Intangível Gestão Pública

O Intangível reflete os custos com direitos de uso de software e estão sendo amortizados a taxas lineares.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

h) Apuração do Superávit / (Déficit) do Exercício

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência.

Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pela Entidade e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em contrato.

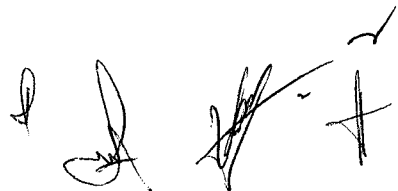
Os valores recebidos e empregados são provenientes de contratos de gestão e convenio com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e são registrados da seguinte forma: Receita Verba de Custeio, Outras Receitas Operacionais e Receitas Financeiras.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros.

As doações não específicas são registradas diretamente no resultado como receita de doações.

P.:

8



i) **Patrimônio Líquido**

O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos resultados apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa Geral	4.000,00	4.000,00
Contas Correntes – Bancárias	2.751,37	15.791,35
Aplicação Financeira Conta 2634	5.391.654,84	10.666.038,85
	<u>5.398.406,21</u>	<u>10.685.830,20</u>

4 ESTOQUES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Drogas e Medicamentos	384.310,27	180.099,98
Fios Cirúrgicos	31.987,25	20.393,71
Nutrição Enteral	16.706,29	13.611,98
Nutrição Parenteral	492,00	0,00
Material Médico Hospitalar	470.414,81	296.581,37
Químicos Saneantes	34.831,64	23.339,99
Mat. Manutenção Equip. Médicos	63.890,83	53.516,06
Gêneros Alimentícios	33.334,06	27.154,61
Materiais de Manutenção	56.236,63	41.473,34
Produtos e Material de Limpeza	29.810,38	30.843,51
Impressos e Matl. De Expediente	58.245,41	33.983,62
Material de Informática	4.382,37	1.893,60
Material e Equip. De Segurança	9.161,79	7.077,40
Produtos e Material de Lavanderia	1.669,70	208,00
Utensílios Diversos	24.357,30	11.095,52
Uniformes	55.187,29	43.001,21
	<u>1.275.018,02</u>	<u>784.273,90</u>

5 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL GESTÃO PÚBLICA

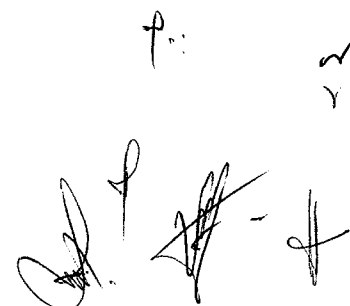
Imobilizado - Gestão Pública	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018	Taxa Depreciação Anual
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	
Maquin. Ferram. Utens. Longa Duração (ACP21200)	3.207,89	3.528,97	(19,99)	6.716,87	10%
Equipamentos de Escritório (ACP20600)	91.211,77	242,10	(354,99)	91.098,88	10%
Equip. p/Proces. Dados e Microfilmagem (ACP20700)	1.280.177,99	94.460,40	(33.330,11)	1.341.308,28	20%

Imobilizado - Gestão Pública	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018	Taxa Depreciação Anual
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	
Aparelho Intr. Téc. p/ Medição, Teste (ACP20300)	31.338,94	28.659,63	-	59.998,57	20%
Aparelho e Utensílios do Tipo Doméstico (ACP20400)	184.687,92	16.293,65	(5.002,00)	195.979,57	10%
Aparelhos e Utens. p/ Comunic. Fotoci (ACP21600)	26.517,62	-	-	26.517,62	10%
Mobiliário em Geral (ACP21800)	2.192.195,70	147.030,00	(46.028,50)	2.293.197,20	10%
Equipamentos Médicos e Hospitalares (ACP21900)	5.810.746,76	322.084,05	(135.917,05)	5.996.913,76	10%
Maquinas Mot. e Apar. Industrial (ACP21400)	113.305,80	44.480,74	(350,00)	157.436,54	10%
Utensílios para Escritório (ACP22000)	609,70	-	-	609,70	10%
Rouparia Hospitalar/ Enxovais	16.101,60	-	-	16.101,60	10%
Instalações Físicas	5.508.626,62	895.941,55	(38.370,00)	6.366.198,17	10%
Total	15.258.728,31	1.552.721,09	(259.372,64)	16.552.076,76	
Depreciação Acumulada	(9.561.271,67)	148.657,06	(996.625,72)	(10.409.240,33)	
Imobilizado líquido	5.697.456,64	1.701.378,15	(1.255.998,36)	6.142.836,43	

Intangível - Gestão Pública	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018	Taxa Amortização Anual
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	
Software	1.199.747,70	25.351,38	-	1.225.099,08	20%
Total	1.199.747,70	25.351,38	-	1.225.099,08	
Amortização Acumulada	(1.177.670,70)	(11.772,88)	-	(1.189.443,58)	
Intangível Líquido	22.077,00	13.578,50	-	35.655,50	

6 FORNECEDORES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores de Materiais e Medicamentos	1.550.748,06	895.499,69
Fornecedores de Imobilizado	4.272,00	0,00
Fornecedores de Serviços Médicos PJ	2.223.665,60	1.464.799,36
Fornecedores de Serviços Médicos PF	7.674,31	7.730,10
Fornecedores de Serviços Diversos PJ	445.650,86	381.718,60
Fornecedores de Aluguéis	61.562,56	36.656,03
	<u>4.293.573,39</u>	<u>2.786.403,78</u>

P. 2
Y


7 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis e trabalhistas, que se encontram em instâncias diversas. A provisão é constituída por valores atualizados de perdas, estabelecidos pelos consultores jurídicos e por julgamento da administração, para o exercício de 2018 foi contabilizado adicional de provisão no montante de R\$ 1.220.070,34, e foram realizadas liquidações de processo no montante de R\$ 763.147,78, totalizando o saldo de provisão de contingência de R\$ 4.393.883,38.

8 ATIVIDADES ASSISTENCIAIS DE SAÚDE

As atividades assistenciais de saúde desenvolvidas de forma gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, através de contratos de gestão, atendem os requisitos da Lei nº 12.101/09, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – (CEBAS) conforme demonstradas nos quadros a seguir:

Artigo 117 das Instruções Normativas 02/2016 - TCESP, Item XX - Relatório Anual a Execução Técnica e Orçamentária do Contrato de Gestão – Comparativo: Contratado X Realizado
II - ESTRUTURA E VOLUMES DAS ATIVIDADES CONTRATADAS - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2018

II - 1.1 Internação (Enfermarias e/ou Pronto Socorro) – Saídas Por Clínicas

1º Semestre/2018			
183 - Internações	Contratado	Realizado	%
Clínica Médica	786	1.030	31,04%
Obstetrícia	2.280	2.736	20%
Pediatria	948	1.168	23,21%
Psiquiatria	90	85	-5,56%
Total	4.104	5.019	22,30%

II - 1.1 Internação (Enfermarias e/ou Pronto Socorro) – Saídas Por Clínicas

2º Semestre/2018			
183 - Internações	Contratado	Realizado	%
Clínica Médica	917	1.094	19,30%
Obstetrícia	2.660	3.063	15,15%
Pediatria	1.106	1.322	19,53%
Psiquiatria	105	99	-5,71%
Total	4.788	5.578	16,50%

P...



II - 1.2 Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica (Enfermarias e/ou Pronto Socorro)

1º Semestre/2018			
470 – SAÍDAS HOSP. EM C. CIR.	Contratado	Realizado	%
Eletivas	2.328	2.446	5,07%
Urgências	990	1.001	1,11%
Total	3.318	3.447	3,89%

II - 1.2 Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica (Enfermarias e/ou Pronto Socorro)

2º Semestre/2018			
470 – SAÍDAS HOSP. EM C. CIR.	Contratado	Realizado	%
Eletivas	2.716	2.790	2,72%
Urgências	1.155	1.244	7,71%
Total	3.871	4.034	4,21%

II - 1.3 Hospital Dia e Cirurgia Ambulatorial

1º Semestre/2018			
322-HD/CIRURG/AMB.	Contratado	Realizado	%
Cirurgia Hospital Dia	216	227	5,09%
Cirurgias Ambulatoriais	0	0	0%
Total	216	227	5,09%

II - 1.3 Hospital Dia e Cirurgia Ambulatorial

2º Semestre/2018			
322-HD/CIRURG/AMB.	Contratado	Realizado	%
Cirurgia Hospital Dia	252	271	7,54%
Cirurgias Ambulatoriais	0	0	0%
Total	252	271	7,54%

II - 1.4 atendimentos a Urgências (Âmbito Hospitalar) Porta Fechada

1º Semestre/2018			
185 – Urgência/Emergência	Contratado	Realizado	%
Consultas de Urgências	12.300	16.234	31,98%
Total	12.300	16.234	31,98%

II - 1.4 atendimentos a Urgências (Âmbito Hospitalar) Porta Fechada

2º Semestre/2018			
185 – Urgência/Emergência	Contratado	Realizado	%
Consultas de Urgências	14.350	17.455	21,64%
Total	14.350	17.455	21,64%

P. 2

II - 2 Atendimento Ambulatorial (Serviços Ambulatoriais Hospitalares ou Exclusivamente Ambulatoriais)

II - 2.a) Atendimento Especialidades Médicas

1º Semestre/2018			
271-Ativ. Ambulatorial	Contratado	Realizado	%
1ª Consulta	4.086	4.119	0,81%
Interconsultas	2.946	3.022	2,58%
Consulta Subseq.	14.250	15.194	6,62%
Total	21.282	22.335	4,95%

II - 2.a) Atendimento Especialidades Médicas

2º Semestre/2018			
271-Ativ. Ambulatorial	Contratado	Realizado	%
1ª Consulta	4.767	4.813	0,96%
Interconsultas	3.437	3.655	6,34%
Consulta Subseq.	16.625	17.371	4,49%
Total	24.829	25.839	4,07%

II - 2.b) Atendimento Ambulatorial em Especialidade Não Médica

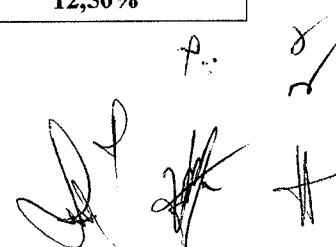
1º Semestre/2018			
526-Consultas Não Médicas	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	0	0	0%
Interconsultas	480	521	8,54%
Consultas Subsequentes	60	63	5%
Proced. Terapêuticos	0	0	0%
Total	540	584	8,15%

II - 2.b) Atendimento Ambulatorial em Especialidade Não Médica

2º Semestre/2018			
526-Consultas Não Médicas	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	0	0	0%
Interconsultas	560	576	2,86%
Consultas Subsequentes	70	79	12,86%
Proced. Terapêuticos	0	0	0%
Total	630	655	3,97%

II - 3 Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - Externo (Âmbito Hospitalar)

1º Semestre/2018			
275-SADT Externo	Contratado	Realizado	%
Ultrassonografia	300	312	4%
Endoscopia	180	228	26,67%
Total	480	540	12,50%

P. 2/2


II - 3 Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - Externo (Âmbito Hospitalar)

2º Semestre/2018			
275-SADT Externo	Contratado	Realizado	%
Ultrassonografia	350	354	1,14%
Endoscopia	210	226	7,62%
Total	560	580	3,57%

9 CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A instituição era portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social – CEBAS/Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria MS nº 435, de 16 de maio de 2012. O Processo de Renovação do certificado da entidade nº 71010.004137/2009-17 foi deferido em 01 de outubro de 2014, com validade até 31/12/2014. Em 16/12/2014 foi protocolado o Processo de Renovação sob nº 25000.236906/2014-03 e em 01/12/2017 foi enviado eletronicamente o Processo de renovação protocolado sob nº 25000.481072/2017-23 que teve seu indeferimento publicado no Diário Oficial da União pela Portaria nº 1632 de 11/10/2018.

10 ISENÇÃO USUFRUÍDA

A Entidade deixou de demonstrar o cálculo da COFINS e CSLL, devido à verba transitada originarem-se de Contrato de Gestão com o Estado de São Paulo. A Quota Patronal do INSS é recolhida por decisão administrativa, e está contemplada no Orçamento de Custeio do exercício, aprovado pela Secretaria de Estado da Saúde – SES.

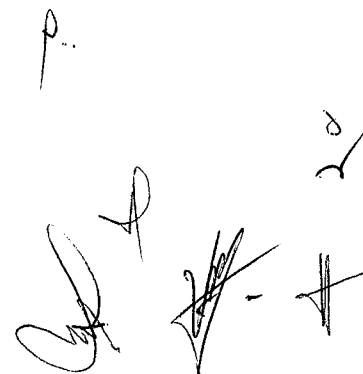
11 APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

12 COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas a entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

P.

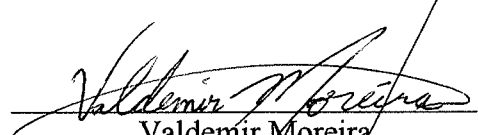


13 GRATUIDADES

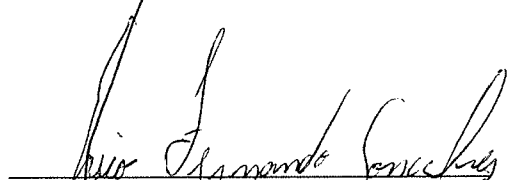
Representa o total de recursos aplicados no ano no atendimento à população em geral. A apuração do montante contabilizado reflete o custo efetivo dos pacientes atendidos através do SUS – Sistema Único de Saúde, durante o ano de 2018 o montante foi de R\$ 116.791.493,20 e durante o ano de 2017 foi de R\$ 111.213.933,58.



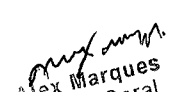
Antonio Mendes Freitas
Presidente



Valdemir Moreira
Diretor Administrativo
CRA 67040



Erico Fernando Gonçalves
Gerente Contábil
CRC 1SP 261663 / O - 9



Alex Marques
Diretor Geral
CRA/SP 109.571



Thiane Pavarine
CRA/SP 141.773
Diretora Adjunta

